

transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto as condições das alíneas (a) e (b) da parágrafo 1º do art. 130 da LSA, o que foi aprovado por votos dos acionistas presentes, representando 99,4% das ações com direito a voto de emissão da Companhia. Na sequência, foi examinada e debatida as matérias constantes da ordem do dia, e deliberado, por voto dos acionistas presentes, representando 99,4% das ações com direito a voto de emissão da Companhia o que se segue:

- 6.1.1 Aprovar a alteração do Estatuto do “caput” do art.17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia, que passará a vigor com redação abaixo transcrita:

“Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição por igual período, residente ou não no País. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. A Assembleia Geral poderá optar por eleger um único membro suplente para alguns ou todos os membros efetivos.

...”

- 6.1.2 Aprovar a alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia, que passará a vigor com a seguinte redação abaixo transcrita:

“Artigo 23. ...

...

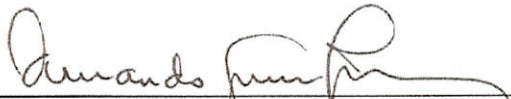
Parágrafo 4º. Fica limitado a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) o valor total de alçada para assinatura, pela Diretoria Executiva, de contratos ou documentos que importem em obrigações para a Companhia, sem necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração.”

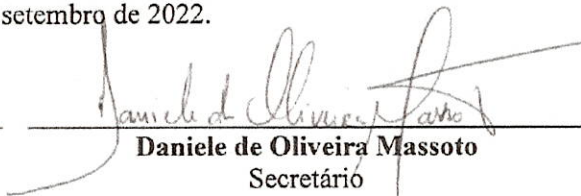
- 6.1.3 Em decorrência dos itens 6.1.1 e 6.1.2 acima, fica aprovada também a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme o anexo III da presente Ata.

6.1.4 Por fim, foi instruída a Diretoria Executiva da Companhia a adotar as medidas necessárias para a publicação e o registro da presente Ata perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2022.


Armando Galhardo Nunes Guerra Junior
Presidente


Daniele de Oliveira Massoto
Secretário

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
("Companhia")
CNPJ 09.127.934/0001-63
NIRE 33.3.0028405-2

ANEXO I

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

(Convocações)





**RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os Senhores Acionistas da RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. Jorge Manuel Pereira Dias - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

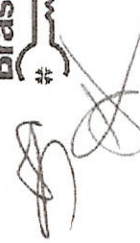


MONITOR MERCANTIL

SA:27897172000166

2022.09.08 15:19:07 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



MONITOR MERCANTIL

SA:27897172000166

2022.09.09 11:16:31 -03'00'



Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.

Mercado aguardava queda maior do IPCA

XP: redução de impostos e corte de preço de gasolina contribuíram para deflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto foi de -0,36%, segundo mês consecutivo de deflação. O dado, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem impacto positivo no segmento de títulos prefixados.

Em julho, a variação da inflação havia sido de -0,68%. No ano, o IPCA acumula alta de 4,39% e, nos últimos 12 meses, de 8,73%, abaixo dos 10,07% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em agosto de 2021, a variação havia sido de 0,87%,

Como já havia acontecido em julho, o resultado de agosto foi influenciado principalmente pela queda no grupo dos Transportes (-3,37%), que contribuíram com -0,72 ponto percentual (p.p.) no índice do mês. Além disso, o grupo Comunicação (-1,10%) também recuou, com impacto de -0,06 p.p.

No lado das altas, o destaque foi Saúde e cuidados pessoais (1,31%), que con-

tribuiu com 0,17 p.p. em agosto. Alimentação e bebidas (0,24%) desacelerou em relação a julho (1,30%), com impacto de 0,05 p.p. Os demais grupos ficaram entre o 0,10% de Habitação e o 1,69% de Vestuário, maior variação positiva no IPCA de agosto.

A equipe da XP Investimentos concluiu que o IPCA de agosto caiu, levemente acima da projeção e expectativa de mercado (-0,40%). No ano, alta acumulada de 4,35%, e em 13 meses a variação recuou de 10,07% para 8,73%. "Mais uma vez, redução de impostos e corte de preço de gasolina contribuíram para a deflação mensal. Bens industriais voltaram a acelerar e foram surpresa alista", destacou texto assinado pela economista Tatiana Nogueira.

Segundo ela, o grupo de transportes mais uma vez foi o responsável pela maior queda do IPCA, recuando 3,37% e contribuindo com -0,72 p.p. Em agosto, os preços dos quatro combustíveis pesquisados caíram: gas ve-

cular (-2,12%), óleo diesel (-3,76%), etanol (-6,67%) e gasolina (-11,64%), este último com o impacto negativo mais intenso (-0,67 p.p.), entre os 377 subprodutos do IPCA. "Cabe lembrar que o preço da gasolina nas refinarias foi reduzido em R\$ 0,18/litro em 16 de agosto, o item representou desvio de -4bps. Outras surpresas: baixistas foram serviços de saúde (-1bp) e serviços de telefonia (-2bps), este último sob efeito da redução do ICMS". Ele citou que a surpresa foi a inflação maior no grupo de bens industriais. O desvio ficou concentrado em dois subgrupos: higiene pessoal (+16bps) e vestuário (+4bps).

"De forma geral, lestem um pouco pior na margem, em que quedas mais acentuadas ainda bem concentradas nos itens que repassam cortes de impostos ou redução da Petrobras, enquanto média de núcleos da inflação volta a acelerar e difundido segue estável (em patamar mais baixo que no primeiro semestre). Vale chamar atenção, entretanto, que dentro do grupo

de bens industriais, itens mais sensíveis a crédito, como automóveis, ficaram perto da estabilidade, refletindo o crédito mais caro", comentou.

Sobre o que vem em seguida, a economista frisou que a XP continua esperando deflação para setembro, em linha com redução de preços de gasolina da Petrobras recentemente e o repasse da queda de impostos desfasada em telecomunicação e energia. Para o ano, projetamos IPCA de 6,1% (em que consideramos reajuste de +5% no preço da gasolina no final do ano).

Prefixados

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) comentou em nota que inflação em queda e expectativa de fim de ciclo de alta de juros ajudarão a prefixados em agosto. De acordo com a entidade, os recentes recuos nos indicadores de inflação e a expectativa de fim do ciclo de alta dos juros já impactam positivamente nos retornos

dos títulos públicos prefixados. Entre os subíndices do IMA, o destaque de agosto ficou com o ITRF-M1+, que reflete uma carteira de prefixados com vencimentos acima de um ano, com avanço de 2,60%. Os prefixados com prazos de até um ano (ITRF-M1) valorizaram 1,23% no mês.

"O resultado expressivo dos prefixados refletiu os dados mais recentes da inflação, como o IPCA de agosto, e o IPCA-15 de julho, reforçando a expectativa dos investidores de que os juros podem ter encerrado o seu ciclo de alta. Isso, reconfirmado, uniu muita atenção aos títulos prefixados já existentes no mercado", analisa Marcelo Cidade, economista da Anbima. "A ata da última reunião do Copom sugere a percepção de fim de ciclo de aperto monetário, mas, desfeito dos riscos inflacionários persistentes no radar dos investidores", completa Cidade.

No acumulado do ano, entretanto, os prefixados mais longos registram rentabilidade de 4,59%, bem abaixo

das carteiras com prazos menores de vencimento, como o IRI-M1 e o IMA-S (postfixados atrelados à Selic), que variaram 7,40% e 8,01%, respectivamente.

NTN-Bs

Entre os títulos públicos indexados à inflação, a carteira de NTN-Is com vencimentos acima de cinco anos (IMA-B 5+) registrou recuperação expressiva em agosto, com avanço de 2,49% no mês e 2,65% acumulado no ano. O resultado ocorre depois de uma queda acumulada de 2,92% em junho e julho, o que sugere um ajuste do mercado diante de próximos mais atraentes.

A carteira de NTN-Bs com prazo de até cinco anos (IMA-B5) destacou estabilidade em agosto, o mesmo resultado de julho. No ano, o subíndice entrega valorização acumulada de 6,62%. Em agosto, o IMA-Geral, que reflete a carteira completa de títulos públicos marcada a mercado, valorizou 1,40%, acumulando retorno de 6,45% em 2022.

AGUAS DE NITERÓI S/A
CNPJ nº 02.150.350/0001-66 - NIRE 33.0.0026182-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convidamos os Srs. Açõesistas desta Cia. a se reunirem no dia 16/09/2022, às 12h, na sede da sociedade na Rua Marques do Paraná, nº 115, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
(a) Deliberação sobre o provisionamento e pagamento de juros sobre Capital Próprio; e (b) Assuntos pautados na Cia. Niterói, 06/09/2022. Bernardo Machado Alencar Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damasceno - Diretor.

[illegible]

JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARCAVEL
DACOMARCA DE MACAÉ

EDITAL DE Nº 01, 2ª LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO, com prazo de 05 dias, extirridos dos autos da ação de prestação de contas proposta por SÉRGIO BERNARDDES ADVOGADOS e SCHLESER & CHIEGOS ADVOGADOS em face de VERA LUCIA FELIX RIBEIRO TRINDADE, inscrita no CNPJ nº 18.967.222-01, residente na Rua JACQUES FRANCO TRINDADE (Processo nº 0038505-MS/2014.8.19.0202), O DR. SANDRO DE ARAÚJO LONTRA, Juiz de Direito, PAZ SABER aos que o presente Edital viem ou dei conhecimento imediato e interessante para os presentes, especialmente a VERA LUCIA FELIX RIBEIRO TRINDADE, LEI EXPEDIMENTOS IMÓVEIS Nº 1074, de 2014.

ROSSINI DOS MONTES VENTURELLI, MARIA RUTH DE OLIVA VENTURELLI, ANDRÉ ADOLFO SOUQUERA, CLAUDIA DE FATIMA CARDOSO SIQUEIRA, ITAMAR FERRAZ, MARIA CONCELAÇO SOLEIET FERREIRA, e IGOREJA BATISTA EM CAVALHEIRDS, de que não da 19/09/2022, às 12:00 horas, através do site [www.leilaoimoveis.com.br](#), onde se encontra disponível o Edital n° Leilão no Publico JONAS RYMER, sob as apreçoadas e vendidas a quem mais das arma des avaliar, no dia 23/09/2022, no mesmo horário e local, a quem mais dei independente das avaliações, os imóveis: 1) Unidade privativa nº 02, na Rua do Lago, situada na Estrada de Cansela Petra, 581 - Condomínio Green Park II - Camela Paraisópolis, Município de Macaé, RJ, 1.059.020-00. Cl nº 2º Ofício do RI de Macaé, o imóvel encontrado matriculado sob nº 32.728, registrado em nome de Vera Lucia Felix Ribeiro Trindade casada com Juarez Franco Trindade, constando no R-2, penhora do presente fole. Débitos de IPTU: R\$ 2.197,00. Débito de Condomínio: R\$ 1.059,00. Débito de Condomínio: R\$ 70.965,72. 2) Lote de terreno nº 02 situado à Rua Sidney Vasconcellos Aguiar, 687, Ruia Projetada A - Glória I - L-002 - Condomínio Bosque dos Passarinhos - Macaé/RJ. Avaliado R\$ 270.000,00. Cl nº 2º Ofício de Macaé, o imóvel encontrado-se matriculado sob nº 19.754, registrada em nome de Vera Lucia Felix Ribeiro Trindade casada com Juarez Franco Trindade, constando no R-2, penhora ordinária do presente fole. Débitos de IPTU: RS 2.197,00, mais acréscimos legais (inscrição)

AGUAS DO PARAIBA S/A
CNPJ nº 01280.003/0001-00 - NIRE 33.0015334-4
Editais de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia. a se reunirem no dia 15/08/2022, às 08 h, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Favela do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarmos sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre o provisionamento e pagamento de Juros sobre Capital Próprio; e (b) Assuntos Gerais da Cia. Campos dos Goytacazes, 08/09/2022. **Marcos Sales Gomes - Diretor, Juscelino Azevedo de Sousa - Diretor.**

[illegible]

016.120.0386.000A, nº Frção Ideal do lote de terreno n° 04 na Qd. Alameda da Rua Maestro Antonio Carlos Jobim, Lts. 14 e 15, casa 03, Cancelela Preta, Macaé/RJ, Avaliação R\$ 271.000,00, nº Cf.º 2/Ofic.º de Mapa, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 15091, registrado em nome de Rossmir de Moraes Virelurelli, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Maria Nair Fátima Ribeiro Tereza, na fração de 30,00/60,00, nº Inscrição nº 016.120.0386.000A, nº Atto de Matrícula nº 117.859, nº Livro nº 219.785/90, nº Arrol.º Avelar Siqueira, casado com Cláudia de Fátima Cardozo Siqueira, da fração de 60,25/60,00, constando no R-14, o registro do Instrumento Particular de Instituição de Condomínio convencionando as normas, constantes anexa, nº Inscrição nº 016.120.0386.000A, nº Arrolamento nº 117.859, nº Livr. nº 219.785/90, mais acréscimos legais (anexo) p.p.s. 1.680,00(R\$ 0,00).

4) Terreno nº 05 da quadra A, situado na Ruas Olavo Bilac, lotemente denominado Novo Lotemente Cavaleiros, Macaé RJ, Avaliação: Fração de 45.625/603,00 - R\$ 37.930,56, Cf.º 2/Ofic.º de Mapa, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 15.538, registrado em nome de Rosmari Leiza Ribeiro Tezzer, casada com José Roberto Tezzer, na fração de 30,00/70,00, nº Inscrição nº 016.120.0386.000A, nº Arrolamento nº 117.859, nº Livro nº 219.785/90, nº Arrol.º Siqueira, casado com Cláudia de Fátima Cardozo Siqueira, da fração de 39,05/50,03, constando no R-9, penhora oriunda ao presente fidej. Débitos de IPTU: não há (Inscrição: 016.121.0072.000). Os créditos que tiverem sido inscritos até a publicação desta decisão são de alienação, na forma do q.º 5º, do artigo 688, do CPC e parágrafo único de artigo 120 do CTN. Ficam os interessados intimados do laudo pelo presente edital, supram a exigência contida no art. 889 do CPC, caso ocorra a remissão ou qualquer outro fato extintivo das obrigações tributárias decorrentes do compromisso no equivalente de 0,5% a 2,5% do valor da avaliação por quem der causa. Arrematação, adjudicação ou remissão à vista; mais 5% de comissão no leiloeiro; e custos de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Guto, na íntegra, está fixado no Acto do Fórum de São João del-Rey, nº 016.120.0386.000A, nº Livro nº 219.785/90, Alva, Mat. 01-2-2350 - Chefe de Serventia, o qual o cartógrafo e subscrovo, Dr. Sandro de Aquino Lourenço - Juiz de Direito.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
 CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.016655-5

Edital de Convocação. Convocamos os Srs. Acionistas desta Cia, a se reunirem no dia 16/09/2022, às 8 h, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morim, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre o provisionamento e pagamento do Juros sobre o Capital Próprio; e (b) Assuntos gerais da Cia. Petrópolis, 06/09/2022. João Henrique Teyssira da Sá - Diretor; André Lormonzo - Diretor.

[illegible]

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444



RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.
CNPJ/MF nº 09.127.934/0001-63 - NIRE: 33.3.0028405-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACÃO S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.127.934/0001-63 ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia **19 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada na Rua da Assembleia nº 10, 33º e 34º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-901, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A alteração do "caput" do art. 17 do Estatuto Social, que regula a composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) A alteração do parágrafo 4º, do art. 23 do Estatuto Social, que estabelece limite da alçada da Diretoria para assinatura de contratos ou documentos que importem obrigações para a Companhia. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022. **Jorge Manuel Pereira Dias** - Presidente do Conselho de Administração. **INSTRUÇÕES GERAIS:** As alterações propostas do Estatuto Social se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na forma do § 3º do art. 135 da Lei das Sociedades por Ações. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo mandato, com poderes especiais, na sede social da Companhia até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária.



MONITOR MERCANTIL

SA:27897172000166

2022.09.12 16:42:28 -03'00'

Esta publicação foi feita de forma 100% digital
pelo Monitor Mercantil em seu site.
A autenticidade deste documento pode
ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

Renda fixa obteve 96% das emissões totais em agosto

Maior participação para um único mês deste setembro de 2018

As emissões no mercado de capitais totalizaram R\$ 32,5 bilhões em agosto, um recuo de 60% na comparação com o mês anterior. As ofertas somaram R\$ 331 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses de 2022, uma redução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda poderá ser atenuada, uma vez que ainda há ofertas em andamento e em análise, de R\$ 10,2 bilhões e R\$ 12,7 bilhões, respectivamente (desconsiderando as de ações).

A renda fixa respondeu por 96% das emissões do mercado de capitais em agosto (R\$ 31,9 bilhões), na maior participação do segmento para um único mês desde setembro de 2018.

"Mesmo com a possibilidade do ciclo de alta dos juros não se prolongar nos próximos meses, o elevado patamar das taxas ainda deverá manter atrativas as condições dos papéis de renda fixa no mercado primário, por conta do forte fluxo de investidores para o segmento", afirma José

Eduardo Laloni, nosso vice-presidente.

Debêntures se destacam

Em agosto, as emissões de debêntures somaram R\$ 21,6 bilhões, o equivalente a 66% das ofertas totais do mercado de capitais no mês, em linha com a média do acumulado de janeiro a julho. No ano, o volume captado com esses títulos de dívida privada somou R\$ 180,2 bilhões, um crescimento de 31% em relação aos R\$ 137,5 bilhões ofertados de jan-

eiro a agosto de 2021. O destaque é o aumento da participação dos fundos de investimento como subscritores no acumulado de janeiro a agosto: 42,8%, ante 36,5% no mesmo período de 2021. O crescimento, entretanto, foi insuficiente para ultrapassar a parcela dos intermediários e demais participantes ligados à oferta, que se mantém como os principais subscritores nas ofertas públicas de debêntures (45,7%). Investidores institucionais (6,7%), pessoas físicas (4,7%) e

investidores estrangeiros (0,1%) aparecem em seguida.

Renda variável

Na renda variável, não houve registro de operação no mercado doméstico em agosto. A última oferta ocorreu em julho, com um follow-on de R\$ 30,9 bilhões da Eletrobras. No ano, até agosto, as captações somam R\$ 49,7 bilhões, sendo R\$ 406 milhões em IPOs e R\$ 49,3 bilhões em follow-ons.

Os investidores estran-

geiros reduziram em mais de 10 pontos percentuais a participação na subscrição de ações, passando de 35,9% para 25,8% entre janeiro e agosto deste ano, na comparação ao mesmo período do ano passado. Assim como ocorreu em julho, nenhuma operação no mercado externo foi registrada em agosto. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, foram contabilizadas 12 operações, que correspondem aos volumes de US\$ 5 bilhões em renda fixa e de US\$ 125 milhões em renda variável.

Fusões e aquisições movimentaram R\$ 271,9 bilhões até agosto 2022

O mercado transacional brasileiro registrou um total de 1518 transações e movimentou R\$ 271,9 bil até agosto, de acordo com o relatório mensal do Transactional Track Record (TTR), em colaboração com o I-Trailinks. Esses números traduzem uma diminuição de 7% no número de transações em relação ao mesmo período de 2021. Do total das transações, 45% possuem os valores revelados e 77% das operações já estão concluídas.

Os Estados Unidos seguem sendo o país que mais investe no Brasil, com 152 operações contabilizadas no primeiro semestre. Isso representa entre fusões e aquisições anunciadas e concluídas, e um valor total de R\$ 23,2 bil.

O setor de Internet, Software & IT Services foi o mais ativo no período, com um total de 311 transações, representando uma diminuição de 29% em relação ao mesmo período de 2021. Em segundo lugar está o

setor de Industry-Specific Software, com 220 transações.

Cross-Border

Até agosto de 2022, as empresas brasileiras escolheram os Estados Unidos como seu principal destino de investimento, com 31 transações e um total de R\$ 5,5 bil, seguido pelo México e Colômbia, com 14 operações cada. Os Estados Unidos e o Reino Unido, com 152 e 29 transações, respectivamente, são os países que

mais investiram no Brasil.

As empresas norte-americanas que adquirem empresas brasileiras registraram uma queda de 2% em comparação com o mesmo período do ano passado, já as aquisições estrangeiras nos setores de Tecnologia e Internet diminuíram em 0,7%.

Em relação aos fundos estrangeiros de Private Equity e Venture Capital que investem em empresas brasileiras, houve uma diminuição de 35% até agosto. Em Private Equity, foram contabilizadas

62 transações e um total de R\$ 12,9 bil no período, registrando uma queda de 36% no número de operações, em comparação com o mesmo período de 2021.

No âmbito do Venture Capital, foram realizadas 505 rodadas de investimento, movimentando um capital de R\$ 19,9 bil, o que resulta em um aumento de 3% no número de transações.

No segmento de Asset Acquisitions, foram registradas 139 transações e um total de R\$ 43,6 bil até agosto, registrando uma diminuição

de 9% no número de operações, em relação ao mesmo período do ano passado. A transação destacada pelo TTR em agosto de 2022, foi a conclusão da aquisição do Grupo Faxx pela Russelot Gelatinas do Brasil, subsidiária da Darling Ingredients. O valor da transação é de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. A operação contou com a assessoria jurídica dos escritórios Scuto, Correa, Cesa, Lummerz & Amaral Advogados e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados.

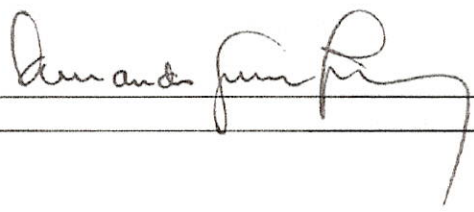
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO para o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do ato da AÇÃO DE COISARCA em que CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARQUÊS DE SÃO VICENTE move em face ESPÓLIO DE MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ, na forma abaixo:
Processo nº 0195363-03.2016.8.00001, A.Dra. Caroline Rosy Brando Fonseca, Juiz em Exercício, na 2ª Vara Cível da Comarca da Capital-RJ, FAZ SABER, por este Edital com prazo de 05 dias, aos interessados e aos devedores ESPÓLIO DE MARIA CLARA DE CASTRO BRAZ, que no dia 19 (dezenove) de setembro de 2022, com início às 10h00 e com término às 11h40h, será levado a Público Leilão, por valor avaliado pelo Leilão Público LEONARDO SCHULMANN, matriculado no JUCERJ nº 116 e/ou pelo Edital de Avaliação nº 001/2022, a seguinte coisa: **Imóvel situado no nº 23 - sala 812, Centro, CEP: 20031-170, la ila ante que se realizará de forma eletrônica no site www.schulmannleiloes.com.br, o bem penhorado e a avaliação em R\$ 509,529, descrito como segue: LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETTA: Certificamos que em pesquisa do mercado imobiliário, que o imóvel situado à Rua Marques de São Vicente, 256 apto. 110 - Gávea - Rio de Janeiro/RJ, foi devidamente visitado conforme laudo de avaliação, que inclui levantamento arquitetônico, indicações de parcelas, características, qualidades do imóvel e localização em bairro com boa infraestrutura urbana, como proximidade de escolas, supermercados, centro comercial, agência de correios, agências bancárias e outras facilidades. Trata-se de um apartamento com área edificada de 64m², conforme consta no IPTU, com inscrição Municipal de nº 751.101-9 e alóquio do Logradouro de nº 07671-1, imóvel estritamente residencial de fundos, construído no ano de 1966, em bom estado de conservação, reformado, constituído de ampla sala em 2 ambientes, 2 quartos espaçosos, banheiro social, cozinha e boa área de serviço. A unidade conta ainda com uma vaga de garagem e o prédio possui portaria 24 horas. Com base em pesquisa de imóveis de características similares e existentes no mercado, concluímos que o valor de mercado para alienação é, ou para venda foi R\$1.200.000,00 (Valor homologado pela Juiz de Janeiro, 26 de novembro de 2020, Constatam débitos de IPTU no valor de R\$3.281,51, não constam débitos de FUNESBOM débitos condominiais até julho de 2022 no valor de R\$10.472,64. Sendo infrutífero o primeiro leilão, será vendido no dia 26 (vinte e seis) de setembro de 2022, no mesmo local e horário, pela oferta acima de 50%, de acordo com o art. 898, V, do CPC/2015. Consta no 2º Ofício de RG: IMÓVEL: Acentamento 110, do edifício situado na Rua Marques de São Vicente nº 256, e sua correspondente fração ideal de 21710,000 do terreno, que mede 30,85m de frente para o novo alinhamento um dos segmentos de 55,55m em linha reta e 5,30m em curva de raio de 6,00m do concêntrico com o novo alinhamento da rua João Borges, lado esquerdo 55,55m em linha reta, confrontando com os terrenos do prédio 250, da rua Marques de São Vicente, de Julia Ramos Barreto e Maria da Fátima Ramos ou sucessores, com terrenos dos prédios nº 7, 13, 17 e 21, da rua Duque Estrada, dos srs. primeiros de Julia Ramos Barreto e Maria Fátima Ramos ou sucessores e os dos últimos do espólio de Guomar Alvim de Figueiredo Rumes, nos fundos, 30,85m em linha reta, confrontando com os terrenos da rua Duque Estrada nº 31, também do espólio de Guomar Alvim de Figueiredo Rumes, pelo lado direito mede 50,55m em 3 segmentos retos de 45,55m mais 4,00m mais 14,80m, confrontando com os terrenos da rua João Borges nºs 14, 16, 20 e 22 respectivamente, de Austéria Maciel, Francisco Duque Guimarães, Herman Dura e Antonio Leite Pinto ou sucessores. Inscrição no FRE sob o nº 751.101-9, PROPRIETÁRIO: Mauricio Novis Botelho, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, TÍTULO AQUISITIVO: R-2 - 23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 163, de 18.01.85, protocolada neste Cartório sob o nº 140.894, VALOR: R\$586.500,00, TRANSMISSÃO: Desta sob o nº 24/01.491, em 18.01.85, TRANSMISSORES: Eton Pereira Borges e sua mulher Maria Lúcia Paes Borges, brasileira, professora, inscritos no CPF sob o nº 009.504.157-91, residentes e domiciliados nesta cidade, ele já qualificado no ato R-2 - 23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR E CONDIÇÕES: A presente hipoteca tem o objetivo as obrigações decorrentes de contrato de compra e venda de produtos de fabricação de credora firmada em 11.04.95, com crédito máximo de R\$45.500,00, reajustável na forma do título, que vigorou por prazo indeterminado, podendo ser pago parcelalmente, até o dia 11 de janeiro de 2023, por escrito sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de 11.09.85, protocolada neste Cartório sob o nº 255.667, em 20.10.85, VALOR DE R\$45.500,00, ANU-6-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda - R-3-23.965 - TÍTULO: Compra e Venda, FORMA DO TÍTULO: Escritura do 10º Ofício de Notas, desta cidade, livro 3.858, fl. 169 de**


RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
 ("Companhia")
 CNPJ 09.127.934/0001-63
 NIRE 33.3.0028405-2

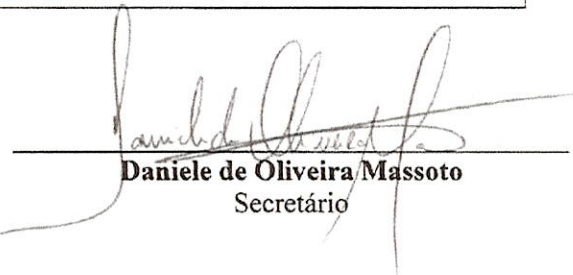
ANEXO II

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

NOME	ASSINATURA
RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A. Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 2.385.250	
[HLQ PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.] Número de Ações Ordinárias com Direito a Voto: 14.750	<u> AUSENTE </u>


Armando Galhardo Nunes Guerra Junior
 Presidente


Daniele de Oliveira Massoto
 Secretário

RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
("Companhia")
CNPJ 09.127.934/0001-63
NIRE 33.3.0028405-2

ANEXO III

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

**ESTATUTO SOCIAL DA
RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

NIRE – 33.3.0028405-2

CNPJ – 09.127.934/0001-63

CAPÍTULO I – Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º. A RIOCARD Tecnologia da Informação S.A., nome fantasia RIOCARD TI, é uma sociedade anônima, constituída em 10 de setembro de 2007, regida por este estatuto social e pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme suas alterações ("Lei das Sociedades por Ações") e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. A Companhia tem sede social e foro na Rua da Assembleia, nº 10, salas 3311 e 3411, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único. A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e estabelecimento de representação em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação, podendo, para tanto, desenvolver e/ou adquirir software, adquirir ou alugar equipamento de informática (computadores e periféricos) para todas as necessidades de gestão das informações e processamento de dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Setor de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, podendo, também, prestar serviços de desenvolvimento e gestão de informações ou processamento de dados que venham a se utilizar comercialmente dos componentes do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e outros serviços de informática decorrentes de suas atividades operacionais.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de



RS 41.316.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e dezesseis mil), dividido em 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas.

Artigo 7º. O capital social poderá ser aumentado sempre que a Assembleia Geral julgar conveniente.

Artigo 8º. Os acionistas terão direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debentures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de deliberação pertinente ("Notificação de Oferta").

Parágrafo 1º. Qualquer acionista que pretenda alienar ou receba oferta de compra de parte ou da totalidade de suas ações, deverá informar aos demais acionistas, preço e condições do negócio ("Notificação de Oferta" – comprovada), para que estes exerçam seu direito de preferência.

Parágrafo 2º. Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

Artigo 9º. A Assembleia Geral deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital durante o prazo do exercício de preferência, determinando o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse de subscrever as eventuais sobras.

Artigo 10. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, quando a colocação for feita por subscrição pública, ou ainda através de permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, ou nos termos de lei especial de incentivos fiscais, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – Órgãos da Companhia

Seção 1 – Disposições Gerais

Artigo 11. São órgãos da Companhia: (i) a Assembleia Geral; (ii) o Conselho de Administração; (iii) a Diretoria Executiva; e (iv) o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º. A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, na forma da lei e deste Estatuto.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva eleitos tomarão posse mediante a lavratura de termo próprio no livro de atas de reuniões de cada órgão, dispensada a garantia de gestão.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas, ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo interesse da Companhia.

Parágrafo 5º. A remuneração dos administradores será ficada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá fixar uma verba global para os administradores, caso em que caberá ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros e da Diretoria Executiva.

Seção II – Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 12. A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão supremo de deliberação da Companhia e suas decisões obrigam a todos os acionistas, ainda que ausentes.

Artigo 13. A Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos quatro (4) primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Companhia e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse social, permitida a realização conjunta de ambas.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (i) Alterar o Estatuto Social;
- (ii) Mudança do objeto da companhia;
- (iii) Tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- (iv) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (v) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (vi) Eleger os membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (vii) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- (viii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

- (ix) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos e grupamentos de ações;
- (x) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; e
- (xi) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

Artigo 14. A Assembleia Geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou acionistas, na forma da lei.

Artigo 15. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por quem o substituir na forma do artigo 18, cabendo-lhe designar o secretário de mesa.

Artigo 16. A Assembleia Geral se instalará conforme previsto em lei.

Parágrafo 1º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, que deverão indicar adequadamente as matérias a serem deliberadas.

Parágrafo 3º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, não se computando os votos em branco.

Seção III – Conselho de Administração

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição por igual período, residente ou não no País. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. A Assembleia Geral poderá optar por eleger um único membro suplente para alguns ou todos os membros efetivos.

Parágrafo 1º. O conselheiro, efetivo ou suplente, deve ter reputação ilibada. Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa na Assembleia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, esses fatores de impedimento.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente eleito pela Assembleia Geral. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

Artigo 18. O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Conselheiro de maior idade. Os demais membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo seu suplente.

Parágrafo Único. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente ou, na sua ausência, por quem o substituir na forma deste artigo.

Artigo 19. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, no Conselho de Administração, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes. Se ocorrer vacância na maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, ocorrerá vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de duas reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

Artigo 20. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocado pelo Presidente ou por deliberação da maioria dos seus membros, observado o prazo de antecedência de 7 (sete) dias. Em caso de urgência justificada, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.

Parágrafo 1º. As reuniões serão instaladas com maioria simples de seus membros e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos, sendo aceitos votos escritos antecipados, para efeito de quórum e deliberação. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica ou por vídeo conferência, devendo, neste caso, encaminhar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, por intermédio de carta, fac-símile ou correio eletrônico, após o término da reunião. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate.

Parágrafo 2º. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 3º. As deliberações do Conselho de Administração serão objeto de assentamento em atas. Se produzirem efeito contra terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio.

Artigo 21. Compete ao Conselho de Administração, privativamente,

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômicas e financeiras, industriais e comerciais da Companhia, aprovados pela Assembleia Geral;
- (ii) Analisar e aprovar o Orçamento Anual da Companhia;
- (iii) Analisar e autorizar planos de investimentos e desmobilizações, fixando o valor de alçada, a forma de financiamento e as garantias que poderão ser concedidas para a sua implementação;
- (iv) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral;
- (v) Convocar a Assembleia Geral, nos termos da lei;
- (vi) Eleger e destituir Diretores da Companhia, atribuir designações e fixar-lhe as atribuições, observando o que a respeito dispuser este Estatuto Social;

- (vii) Fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;
- (viii) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração;
- (ix) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e autorizar a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, como *honds*, *notes*, *comercial papers* e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, desde que haja a previa autorização da Assembleia Geral;
- (x) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;
- (xi) Apresentar à Assembleia Geral proposta de plano para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, nos termos da lei e deste Estatuto;
- (xii) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (xiii) Autorizar a aquisição e alienação de bens imóveis, de participações societárias e a constituição de ônus reais;
- (xiv) Autorizar a contratação de empréstimo e financiamentos;
- (xv) Aprovar quaisquer contratos, cujo valor seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequada às condições e práticas de mercado;
- (xvi) Fixar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores, obedecendo ao que dispuser a Assembleia Geral;
- (xvii) Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xviii) Em caso de liquidação, nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo;
- (xix) Autorizar a concessão de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia;
- (xx) Deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xxi) Aprovar a outorga de procurações pela Diretoria Executiva para assuntos que envolvam valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (xxii) Deliberar previamente sobre a propositura ou o encerramento de qualquer processo ou procedimento judicial ou arbitral de valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado no balanço do exercício anterior ao evento (exceto se no curso normal dos negócios); e
- (xxiii) Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Seção IV – Diretoria Executiva

Artigo 22. A Diretoria Executiva da Companhia é composta de dois membros, sem denominação específica, a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, sendo eleitos e/ou reeleitos a cada 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residente no país.

Parágrafo Único. No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá ser convocado, imediatamente, com o propósito de eleger novo Diretor para preencher o cargo vago.

Artigo 23. Salvo as matérias de competência das Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias e do Conselho de Administração, as demais serão tratadas em Reunião de Diretoria Executiva, sendo aprovadas com votos favoráveis que representem 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Parágrafo 1º. As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Diretor mais antigo e, na sua ausência, por outro membro da Diretoria Executiva escolhida pela maioria dos Diretores presentes.

Parágrafo 2º. Dependem da autorização do Conselho de Administração a concessão de avais e/ou fianças, assim como alienação ou aquisição de bens imóveis pela Companhia.

Parágrafo 3º. Compete a qualquer um dos membros da Diretoria Executiva, isoladamente: (i) representar a Companhia ativa e passivamente em juízo; (ii) representar a Companhia junto a clientes, fornecedores, entidades de classe e órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e (iii) fazer cumprir os orçamentos aprovados.

Parágrafo 4º. Fica limitado a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) o valor total de alçada para assinatura, pela Diretoria Executiva, de contratos ou documentos que importem em obrigações para a Companhia, sem necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração.

Artigo 24. Observado o disposto no Parágrafo 4º acima, somente obrigarão a Companhia perante terceiros atos, contratos, títulos cambiais, cheques, documentos e papéis que forem assinados: (i) conjuntamente por dois membros da Diretoria Executiva; (ii) por um dos membros da Diretoria Executiva em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, que na sua ausência será substituído conforme a regra prevista no artigo 18 desse Estatuto; (iii) por dois membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Único. O Conselho de Administração poderá autorizar a nomeação de Procuradores com poderes específicos.

Artigo 25. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, através de instrumento público, por dois membros do Conselho de Administração, um deles necessariamente o seu Presidente, que em seus impedimentos será substituído conforme a regra do artigo 18 deste Estatuto, salvo as "ad judicia" que poderão ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 1º. Os mandatos deverão especificar obrigatoriamente a sua duração e os fins a que se vinculam os poderes outorgados.

Parágrafo 2º. A outorga de poderes para a prática de atos que envolvam valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 26. Não é permitido aos acionistas, conselheiros, diretores, procuradores, prepostos ou funcionários, o uso da denominação social em documentos e para fins estranhos ao objeto social e/ou de favor que impliquem em responsabilidade para a Companhia.

Seção V – Conselho Fiscal

Artigo 27. A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e seu período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária subsequente, podendo vir a ser reeleitos.

Artigo 28. Compete ao Conselho Fiscal, cujas funções são indelegáveis, as atribuições que lhes confere a Lei, e os honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando o limite mínimo previsto no Parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Seção VI – Comitês


Artigo 29. Por deliberação de seus membros, o Conselho de Administração poderá criar comitês de assessoramento, independentemente de alteração deste estatuto social.

Artigo 30. A supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente será exercida pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

Parágrafo 1º. O Comitê de Auditoria será constituído por 3 (três) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre seus membros ou profissional independente de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.

Parágrafo 2º. A posição de Coordenador deste Comitê será exercida por um dos membros do Conselho de Administração. Na ausência do coordenador, assumirá o membro com a maior idade.

Parágrafo 3º. Os membros independentes do Comitê de Auditoria que não integrem o Conselho de Administração não poderão: (i) ter vínculo com qualquer Entidade Relacionada; (ii) ser acionista(s) controlador(es), membro(s) do grupo de controle, diretor, gerente, cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau deste, ou ser vinculado(s) a qualquer Entidade Relacionada, (iii) ter sido empregado ou diretor de qualquer Entidade Relacionada ou de quaisquer de suas subsidiárias nos últimos 12 (doze) meses, (iv) estar fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços ou produtos de qualquer Entidade Relacionada, (v) ser funcionário(s) ou diretor(s) de entidade que esteja oferecendo serviços ou produtos à



qualquer Entidade Relacionada, e (vi) receber qualquer tipo de remuneração de qualquer Entidade Relacionada.

Parágrafo 4º. O Conselho de Administração destituirá qualquer integrante do Comitê de Auditoria de ser cargo se a sua independência tiver sido comprometida por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa.

Parágrafo 5º. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser reconduzidos ao cargo.

Artigo 31. O Comitê de Auditoria reunir-se-á por convocação do seu Coordenador, no mínimo trimestralmente, e deverá zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares vigentes; (iii) pela atuação, independência e qualidade o trabalho das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

Artigo 32. O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as auditorias independente e interna e com Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos

Artigo 33. O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

Parágrafo 1º. É facultado ao Conselho de Administração, a seu critério, levantar balanços parciais com base nos quais poderão ser declarados e pagos dividendos intermediários, na forma do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo 2º. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas na forma da lei.

Parágrafo 3º. A Companhia deverá contratar auditores com comprovada experiência na elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com os padrões contábeis amplamente aceitos.

Artigo 34. O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite previsto em lei;
- (ii) 1% (um por cento) dos lucros líquidos anuais que vierem a ser apurados pela Companhia serão distribuídos aos acionistas na proporção de sua participação no capital social;
- (iii) O valor remanescente do lucro será levado à conta de reserva de lucros ou será distribuído entre os acionistas na proporção de cada um no capital social da Companhia, a ser definido pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Os pagamentos de dividendos aos acionistas serão realizados no prazo de 60

(sessenta) dias a contar data que tenha sido aprovada a distribuição pela Assembleia Geral. Os dividendos e/ou juros sobre capital próprio não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 3 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia.

Parágrafo 2º. A retenção de lucros com base em orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações não poderá ser aprovada, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá pagar aos seus acionistas, mediante deliberação da Assembleia Geral, juros remuneratórios sobre o capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação e regulamentação pertinentes.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do Parágrafo 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO V – Liquidação da Companhia

Artigo 36. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o(s) liquidante(s), o Conselho fiscal que deverá funcionar nesse período, bem como fixar os honorários correspondentes, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VI – Acordo de Acionistas

Artigo 37. Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, disciplinem o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela sua administração.

CAPÍTULO VII – Disposições Finais e Transitórias

Artigo 38. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o Presidente) da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionistas signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações, à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 39. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Parágrafo Único. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie, sob qualquer modalidade, para qualquer acionista.

Artigo 40. Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Artigo 41. Quaisquer assuntos não contemplados neste estatuto serão resolvidos primeiramente pelo Conselho de Administração e posteriormente sancionados em Assembleia Geral, com observância de todas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 42. Todas e quaisquer dúvidas, questões, controvérsias em geral dos acionistas e/ou da Companhia e/ou entre eles relativas ao presente Estatuto Social serão submetidas a arbitragem, administrada e regida pelas Regras do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

Parágrafo 1º. Caso as regras procedimentais da ACRJ sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 2º. Ao Tribunal Arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos Árbitros decidir por equidade.

Parágrafo 3º. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, que deverão ser indicados de acordo com o seguinte procedimento: (i) o polo requerente deverá indicar um árbitro, (ii) o polo requerido deverá indicar um árbitro. O terceiro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, será nomeado pelos árbitros indicados pelas Partes. Na hipótese de os árbitros indicados pelas Partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras da ACRJ.

Parágrafo 4º. A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, e a Sentença Arbitral será proferida na Cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O idioma da arbitragem será o Português e a Sentença Arbitral deverá ser proferida em 120 (cento e vinte) dias.


Parágrafo 5º. O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, estará sujeito ao sigilo.


Parágrafo 6º. A Sentença Arbitral a ser prolatada pelo Tribunal Arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 7º. Não obstante, cada uma das partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia a arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhidos pelas partes, (c) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral e (d) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário nas situações acima, o Foro da Comarca do Rio

de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial.

Parágrafo 8º. Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.


Armando Galhardo Nunes Guerra Junior
Presidente


Daniele de Oliveira Massoto
Secretário





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A, NIRE 33.3.0028405-2, PROTOCOLO 00-2022/762897-7, ARQUIVADO EM 04/10/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005119369, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
052.010.967-86	CLEBER BARROS

04 de outubro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

Processo Licitatório nº: 5.561/2023

Processo de Impugnação nº: 24.119/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

IMPUGNANTE: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ Nº: 09.127.934/0001-63.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A - CNPJ Nº: 09.127.934/0001-63, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 157/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante, conforme fls. 03 a 14, a existência de irregularidades no Edital, quais sejam:

- a) ILEGAL IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME LICITATÓRIO
- b) IRREGULARIDADE DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Ante o exposto, a RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, requer:

- a) o recebimento da presente impugnação e seu respectivo provimento;
- b) a suspensão do presente processo licitatório, para fins retificação do edital e a exclusão dos requisitos impeditivos ilegais previstos nos subitens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital.
- c) a suspensão do presente processo licitatório, para fins de retificação do edital para a correta seleção da modalidade licitatória prevista para contratação de prestação de serviços públicos;
- d) a indicação, no preâmbulo do edital, da lei específica autorizativa para fins de celebração de processo licitatório para contratação de prestação de serviço público.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 24.119/2023

RUBRICA: e FOLHA: 80

Comissão de Pregão I

Diante de tais alterações, tornar-se-ia necessário realizar a republicação do edital e respectiva reabertura dos prazos para apresentação de proposta, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

IV. DO MÉRITO

9 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 5.1.1 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 14 de setembro de 2023 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 06 de setembro de 2023.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934